

RELEVÂNCIA DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DE VERA CRUZ DO OESTE-PR

Rodolfo Fachinelli¹

Tatiane Dinca²

Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues³

FACHIENELLI, R.; DINCA, T.; RODRIGUES, K. C. T. T. Relevância do Pronaf no desenvolvimento rural: o caso de Vera Cruz do Oeste-Pr. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 20, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2019.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo verificar a relevância que tem o PRONAF no desenvolvimento rural do município de Vera Cruz do Oeste no Estado do Paraná, com base no montante de crédito PRONAF distribuído entre os anos de 2013 a 2016. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é considerado a principal política pública de desenvolvimento rural de incentivo à agricultura familiar no Brasil. Portanto, devido ao setor primário possuir maior participação na economia de Vera Cruz do Oeste, com atividades relacionadas à agropecuária, cabe uma análise econômica de como o programa se relaciona com o grau de desenvolvimento do município. A metodologia de pesquisa possui um caráter qualitativo, com o uso de dados secundários para traçar o perfil socioeconômico, o montante de recursos financeiros oriundos do PRONAF e a quantidade de contratos destinados referentes à produção agropecuária, durante os quatro anos observados. Observou-se com a pesquisa, que o PRONAF, no município, é capaz de promover inserções tecnológicas na atividade rural, bem como estimular a fixação da população rural no campo, promovendo efeitos multiplicadores nos demais setores da economia municipal. **PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Rural; PRONAF; Agricultura Familiar.

RELEVANCE OF PRONAF IN RURAL DEVELOPMENT: THE CASE OF VERA CRUZ DO OESTE-PR

ABSTRACT: The purpose of this study is to verify the relevance of PRONAF in

DOI: 10.25110/receu.v20i1.7062

¹Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *Campus* de Toledo - rodolfo.fachinelli@hotmail.com

²Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE - *Campus* de Marechal Cândido Rondon - tatianedinca@gmail.com

³Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE - *Campus* de Toledo - karlatyskowski@gmail.com

the rural development of the municipality of Vera Cruz do Oeste in the State of Paraná, based on the PRONAF loan amount distributed between 2013 and 2016. The National Program for the Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) is considered the main rural development public policy to encourage family farming in Brazil. Therefore, due to the primary sector having greater participation in the economy of Vera Cruz do Oeste, with activities related to agriculture and livestock, this is an economic analysis on how the program relates to the degree of development of the municipality. The research employed a qualitative methodology with the use of secondary data to trace the socio-economic profile and the amount of financial resources originated from PRONAF, as well as the quantity of contracts destined and referring to the agricultural production during the four years of the study. It could be observed that PRONAF in the municipality is able to promote technological insertion in the rural activity, as well as stimulating the rural population to remain in the countryside, promoting multiplier effects in other sectors of the city's economy.

KEY WORDS: Rural Development; PRONAF; Family farming.

RELEVANCIA DEL PRONAF EN EL DESARROLLO RURAL: EL CASO DE VERA CRUZ DO OESTE-PR

RESUMEN: El presente trabajo tiene por objetivo verificar la relevancia que tiene el PRONAF en el desarrollo rural del municipio de Vera Cruz do Oeste en Estado de Paraná, con base en el importe de crédito PRONAF, distribuido entre los años de 2013 a 2016. El Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) es considerado la principal política pública de desarrollo rural de incentivo a la agricultura familiar en Brasil. Por lo tanto, debido al sector primario poseer mayor participación en la economía de Vera Cruz do Oeste, con actividades relacionadas a la agropecuaria, cabe un análisis económico de cómo el programa se relaciona con el grado de desarrollo del municipio. La metodología de investigación tiene un carácter cualitativo con el uso de datos secundarios, para trazar el perfil socioeconómico y el montante de recursos financieros provenientes del PRONAF, y la cantidad de contratos destinados y referentes a la producción agropecuaria durante los cuatro años observados. Se observó, con la investigación, que el PRONAF, en el municipio, es capaz de promover inserciones tecnológicas en la actividad rural, así como estimular la fijación de la población rural en el campo, promoviendo efectos multiplicadores en los demás sectores de la economía municipal.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo Rural; PRONAF; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

As concepções acerca do rural vêm sofrendo constante evolução ao longo da trajetória política e econômica no país. Organizações de grupos sociais e demandas agrícolas diferenciadas requerem, cada vez mais, uma reestruturação da interação do agricultor, principalmente o familiar, com o mercado consumidor de seus produtos e o meio social e ambiental onde vive.

O desenvolvimento rural, conceituado por Schneider (2004), constitui-se em um planejamento que, por meio de programas e ações, almeja a transformação socioeconômica e ambiental no espaço rural, por intermédio do aumento da renda, em conjunto com melhorias nas condições de vida e no bem-estar da população inserida nesse meio.

No Brasil, o modelo de desenvolvimento rural está passando por mudanças estruturais, com vistas a superar as dificuldades produtivas e preservar os recursos naturais, com o aumento constante da renda, o que se torna um grande desafio. Neste contexto, políticas públicas voltadas à agricultura têm sido fundamentais para alcançar esse objetivo. É nesse contexto que surge, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MDA, 2017).

Políticas públicas são criadas e empregadas com o intuito de sanar necessidades da população, promovendo melhorias não só econômicas, mas também elevando padrões de qualidade de vida, tais como educação, saúde e bem-estar social. Nessa lógica, o PRONAF se destaca como a principal ferramenta de política de incentivo à produção agrícola familiar realizada pelo Governo Federal, disseminando recursos financeiros a esse público, de modo a impactar, positivamente, sua realidade socioeconômica (HANAUER; TEIXEIRA, 2015).

Vera Cruz do Oeste é considerado um pequeno município da mesorregião Oeste do Paraná, com uma economia fortemente dependente da agricultura, assistida pelo PRONAF. Observa-se que a agricultura detém a maior fatia de participação da economia no município, objeto de pesquisa, sendo que no período de 2013 a 2016 houve uma expansão da produção agropecuária. Diante disto, forma-se o seguinte questionamento: Qual a relevância do PRONAF para a promoção do desenvolvimento rural no município de Vera Cruz do Oeste - PR?

Torna-se, assim, importante fazer uma análise sobre a relação que o PRONAF possui sobre o desenvolvimento rural nas pequenas propriedades agrícolas, com caráter de produção familiar e investigar a quantidade de recursos destinados dentro de suas modalidades e de contratos comparados com a produção agropecuária municipal, verificando a relação do programa com tal produção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo a seguir objetiva apresentar uma discussão sobre os conceitos de desenvolvimento e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

2.1 Desenvolvimento econômico

Até a década de 1940, o conceito de desenvolvimento econômico era muito difuso e sempre estava relacionado ao crescimento de renda per capita e somente após o fim da Segunda Guerra Mundial que o tema passa a ganhar significativa relevância no meio acadêmico (QUEIROZ, 2011).

Na opinião de Bresser-Pereira (1962), desenvolvimento econômico está atrelado ao aumento da renda *per capita* por meio de um rearranjo dos meios de produção. Essa análise não o distingue completamente de crescimento econômico, porém ambos requerem o aumento de produtividade de bens e serviços. Segundo o autor, a distinção acontece devido à promoção do desenvolvimento econômico só ocorrer a partir de transformações econômicas e sociais, e o crescimento econômico apenas requerer o aumento da renda. Esses processos de mudanças da produção e do capital humano ocorrem em estágios, evoluindo a economia em questão.

O fomento do desenvolvimento tem como principal ferramenta as políticas sociais, pois são elas que buscam assegurar a igualdade das oportunidades. Tais políticas são capazes de transpassar renda para classes mais vulneráveis, se houver a legitimação do Estado e seu aparato institucional (MATIJASCIC, 2011).

É consensual entre os autores que tratam desse conceito que o desenvolvimento econômico é consequência de uma mudança estrutural que se dá por meio do progresso do conhecimento técnico consorciado à criação e absorção do conhecimento específico. O Estado é o principal agente fomentador desse processo, uma vez que ele é capaz de atuar como força motriz no desenvolvimento do país, proporcionando, desse modo, a evolução econômica e social.

O desenvolvimento engloba mais que o crescimento econômico por si só. A elevação de uma renda média não implica, necessariamente, em melhorias sociais, tais como o enriquecimento de capital humano, melhorias na saúde e saneamento.

2.2 Desenvolvimento rural

A evolução da industrialização na agricultura, transformou o que era compreendido até então, como meio rural. Do ponto de vista espacial, o rural pode ser visto como um prolongamento do urbano, não se caracterizando apenas

como detentor da pecuária e da agricultura, no âmbito da atividade econômica. O rural passa a ser incorporado ao restante da economia, atuando no sistema como demandante e ofertante de insumos e produtos (SILVA, 1997).

Navarro (2001) aponta que o desenvolvimento agrícola ou agropecuário se relaciona, estritamente, às condições de produção agropecuária, fazendo referência às características produtivas, como área de plantio, tecnologia empregada à produção, produtividade, redução de custos e o trabalho como fator de produção.

No que se refere ao desenvolvimento agrário, o autor menciona a relação do meio rural com a sociedade como um todo, por meio de transformações sociais e econômicas de longo prazo, tornando, assim, o desenvolvimento agrícola apenas parte do processo.

O desenvolvimento rural, diferentemente das outras duas concepções apresentadas nesse contexto, distingue-se por ser um acontecimento premeditado, induzido, principalmente, por parte do Estado, tornando-se este o agente principal de transformação, agindo por meio de estratégias, projetos e ações que priorizam o desenvolvimento agrário (NAVARRO, 2001).

Veiga (2001) cita que as unidades agrícolas familiares se comportam como pequenas empresas e são, em grande parte, de caráter informal. Nesse tipo de estabelecimento, o desenvolvimento do empreendedorismo ocorre de forma constante, pois essas famílias precisam diversificar sua produção, já que não possuem uma estrutura agrária capaz de se estabelecer, plenamente, por meio de monoculturas. Em outras palavras, é a pluralidade produtiva que garante a renda familiar.

Já Schneider (2004) aponta que há cinco mudanças estruturais no modelo agrícola que, se baseiam nos princípios da Revolução Verde para que o desenvolvimento rural aconteça com o uso consciente dos recursos naturais disponíveis.

Na primeira mudança, deve-se criar a percepção de que o rural não fornece apenas alimentos e matérias primas, ele precisa construir a integração da agricultura com a sociedade; na segunda, surge a concepção de atividades diversificadas, que interliguem as atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural; e, na terceira, ocorre um rearranjo entre os indivíduos e famílias, dando espaço ao surgimento de uma identidade plural, com novos aspectos aos centros urbanos e atividades multi ocupacionais (SCHNEIDER, 2004).

O desenvolvimento regional, na quarta mudança estrutural, implica um novo contexto sobre comunidade rural, em que deve haver a relação dos agricultores e dos novos usuários do meio agrário - proprietários de sítios de lazer e condomínios. A quinta mudança denota a extrema importância das ações, por parte do Estado, de políticas públicas e o papel das instituições, que não devem

mais ser direcionadas, exclusivamente, para a agricultura (SCHNEIDER, 2004).

De acordo com Alves (2001), os agricultores familiares estiveram, historicamente, em uma posição periférica, por um longo período, justamente por não serem capazes de exercer poder econômico e influência política, sendo re-féns das falhas de mercado que favorecia os grandes produtores rurais.

Segundo Schneider (2010), é a partir dos anos de 1990 que a percepção de desenvolvimento rural passa a ser realmente estruturada e analisada por outras óticas, principalmente no âmbito acadêmico e pelo Estado, relacionado à políticas de reforma agrária e de segurança alimentar. Essas inovações conceptivas foram fundamentais para a formulação, por parte do governo, de políticas desenvolvimentistas rurais, uma delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os recentes debates acerca do rural e das condições em que se encontram as pessoas, se devem principalmente à participação da população como membros econômicos. Destaca-se, nesse viés, os pequenos produtores, que demandam cada vez mais de insumos tecnológicos para acompanhar as exigências de suas cadeias produtivas, e que, ao mesmo tempo, são marginalizados socialmente e precisam de incentivos que partem do Estado para se estabelecer.

2.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

A agricultura familiar caracteriza-se, em especial, pelo uso da mão de obra dos membros da família que estão intrinsecamente ligados na condução da produção, por um modo de geração de ocupação e renda no campo. Há uma estreita relação afetiva e cultural no meio rural, existindo, assim, um forte vínculo com o trabalho físico e emprego emotivo com a terra (BAIARDIL; ALENCAR, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento e crescimento equilibrado, isto porque é composta por uma significativa parcela da população rural brasileira, que produz boa parte dos alimentos consumidos no país, participando assim, da geração de postos de trabalho, do aumento e da distribuição de renda, bem como evitando a migração populacional do meio rural para os centros urbanos (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

Com o fim do regime militar, a promulgação da Constituição de 1988 e a crise do modelo agrícola convencional adotado anteriormente, um novo marco constituindo a agricultura familiar começa a surgir junto às organizações de grupos de agricultores. É com esse novo ambiente que se restabelece um rearranjo institucional, que de um lado, era representado pelos grandes proprietários que tinham forte interesse no capital agrícola e do outro lado, pelas instituições que defendiam uma política de incentivo ao pequeno produtor e buscava melhoria de

direitos na sociedade, por intermédio da reforma agrária e da agricultura sustentável (BIANCHINI, 2015).

O PRONAF nasce como uma resposta para suprir o escasso e oneroso crédito agrícola ofertado, em especial aos produtores familiares. O programa se estabeleceu com a proposta de ofertar uma política de remuneração moderada e de alto valor percentual subsidiado, com condições de pagamento e carências especiais (GUANZIROLI, 2007).

A concessão do crédito para investimento tem a finalidade de promover a implantação, ampliação e modernização das atividades produtivas, aumentando a produção e a produtividade e reduzindo custos, sendo assim, capaz de elevar a renda de seus beneficiários (MDA, 2017).

Diante do exposto, de acordo com o BCB (2017) e o MDA (2017), o programa possui vários tipos de modalidades e respectivas características, expostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Modalidades de crédito do PRONAF

PRONAF Custeio	Destinado às atividades agropecuárias, de beneficiamento, industrialização e comercialização da produção dos beneficiários do programa. É destinado para as despesas normais do ciclo de produção de lavouras periódicas, permanentes e exploração pecuária, em que a liquidação do crédito deve ser feita com os produtos da exploração do mesmo ciclo.
PRONAF Mais Alimento	Direcionado para promover melhorias na infraestrutura da produção e dos serviços, tanto agrícolas como não agrícolas, em estabelecimentos rurais e áreas comunitárias rurais.
PRONAF Agroindústria	Tem a finalidade de viabilizar a implantação de infraestrutura para armazenagem, processamento e comercialização dos produtos agropecuários, florestais, extrativos, artesanais e de exploração de turismo rural. Inclui, também, a implantação e modernização de agroindústrias.
PRONAF Agroecologia	Visa à implantação e manutenção dos sistemas de produção de empreendimentos agroecológicos e orgânicos.

PRONAF Eco	Possibilita o financiamento de tecnologias capazes de reduzir os impactos ambientais causados pela exploração agropecuária, permitindo a integração da agricultura ao meio ambiente.
PRONAF Floresta	Recurso financeiro destinado à extração ecologicamente sustentável, manejo florestal, recomposição e manutenção de reservas legais, bem como à recuperação de áreas degradadas. Podendo o plantio ser de uma ou mais espécie(s) florestal(is), nativa(s) do bioma.
PRONAF Semiárido	Subsidia projetos de convivência com o meio semiárido por meio da sustentabilidade agroecossistêmica, objetiva a infraestrutura hídrica e de produção e serviços agropecuários e não agropecuários das famílias inseridas nas regiões semiáridas.
PRONAF Mulher	Propostas de crédito às mulheres agricultoras.
PRONAF Jovem	Atende beneficiários entre 16 e 29 anos que estejam estudando em centros familiares rurais, escolas técnicas rurais ou cursos de graduação em ciências agrárias ou veterinárias.
PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Oportuniza a aquisição de insumos e matérias-primas para a produção de agricultores familiares, cooperativas e associações.
Integralização de cotas-parte por parte dos beneficiários em cooperativas	Essa modalidade surge para a aplicação, por parte da cooperativa, em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Fonte: Adaptado de BCB, 2017; MDA, 2017.

Todas as modalidades disponibilizadas pelo PRONAF se dividem em quatro grupos: o custeio agrícola, o custeio pecuário, o investimento agrícola e o investimento pecuário. Sua alocação acontece de acordo com o melhor enquadramento do item financiado (BCB, 2017).

A disponibilidade de recursos de todas as linhas do PRONAF apresentadas visa proporcionar aos seus beneficiários agricultores familiares crédito para aquisição, ampliação ou manutenção de fatores necessários para a promoção da

agricultura familiar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracteriza por um método exploratório, descritivo e como um estudo do caso, por se tratar da análise de um município específico, Vera Cruz do Oeste, localizado na região Oeste do Estado do Paraná. Para alcançar os objetivos propostos da pesquisa foram utilizados dados secundários de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB), o Valor Adicionado Bruto (VAB), além do montante de crédito PRONAF, entre os anos de 2013 e 2016, em Vera Cruz do Oeste - PR.

A coleta dos dados secundários foi feita em páginas da *internet*, sendo as principais fontes extraídas dos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Banco Central do Brasil (BCB) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

Quanto à quantidade de contratos e respectivos valores do PRONAF disponibilizados, vale ressaltar que tais dados são disponibilizados via internet pelo Banco Central do Brasil e as informações necessárias para a contemplação deste trabalho só começaram a ser disponibilizadas a partir do ano de 2013, por este motivo o período de análise escolhido foi de 2013 a 2016.

Os valores obtidos foram deflacionados, tomando 2016 como ano-base. O indicador utilizado foi o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP - DI), disponibilizado no portal eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Então, comparou-se a disponibilidade do PRONAF com a produção agrícola e pecuária, conforme a característica da modalidade do programa no município de Vera Cruz do Oeste - PR.

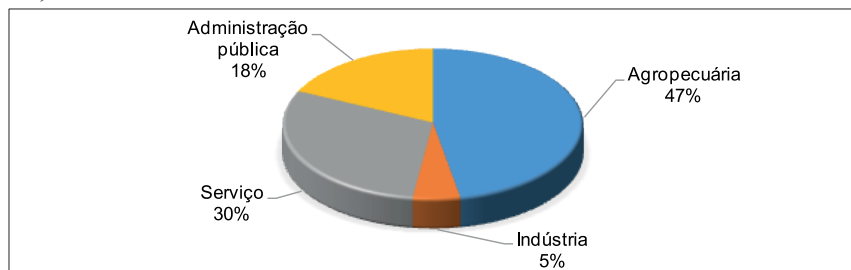
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização do município de Vera Cruz do Oeste - PR

O município de Vera Cruz do Oeste está localizado na mesorregião Oeste do Estado do Paraná, na microrregião de Foz do Iguaçu, abrangendo uma área de 326,298 km². A agricultura é a principal atividade econômica, sendo o cultivo de cereais - soja, milho e trigo - e a pecuária os principais pilares da produção agrícola municipal (IPARDES, 2017).

O Valor Adicionado Bruto (VAB) de Vera Cruz do Oeste, em 2014 apresenta a agropecuária com a maior parcela do montante municipal (47%), seguida pelo setor de serviço (30%), administração pública (18%) e, por último, a indústria (5%), conforme a figura 1.

Figura 1: Percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Vera Cruz do Oeste - PR, em 2014

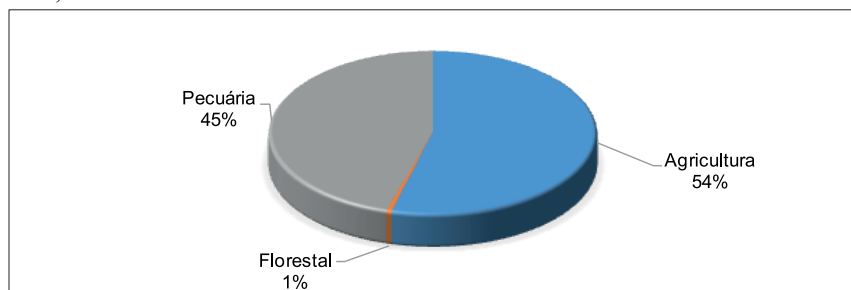


Fonte: adaptado de IPARDES, 2017.

A agricultura é detentora da maior fatia deste valor, sendo, pois, a base econômica do município, e o PRONAF aplicado serve como fonte de fortalecimento e desenvolvimento desse setor que pode impulsionar as demais fontes econômicas de Vera Cruz do Oeste. Nota-se que o setor de serviços representa o segundo maior valor em percentual, o que demonstra que o setor primário consegue desenvolver o setor terciário no município.

O Valor Bruto da Produção (VBP) do município alvo do estudo em 2015, encontra-se distribuído entre a produção agrícola, florestal e pecuária e está exposta em porcentagem na figura 2, a seguir.

Figura 2: Percentual do Valor Bruto da Produção (VBP) de Vera Cruz do Oeste - PR, em 2015.



Fonte: adaptado de IPARDES, 2017.

Neste ano observado, a agricultura com 54% era a maior responsável pela produção bruta, sendo seguida pela pecuária, com 45% e a produção florestal com 1%. Indicando que a agropecuária exerce grande influência na produção bruta municipal.

A lavoura temporária e a pecuária são as atividades econômicas agrícolas que estão presentes em um maior número de estabelecimentos, com 54,34% e 39,34%, e, conseqüentemente, são elas que ocupam a maior quantidade de área em hectares, com proporção de 64,74% e 33,01% da área total.

4.2 Indicadores de desenvolvimento municipal de Vera Cruz do Oeste - PR

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) também é constituído pelos três indicadores que abrangem o desenvolvimento humano: a riqueza, a educação e a longevidade. É importante salientar que o IDHM brasileiro é composto pelos mesmos três indicadores do IDH mundial. O IDHM longevidade (saúde), IDHM educação e IDHM riqueza (renda) são importantes instrumentos de mensuração do desenvolvimento. O índice IDHM varia entre zero e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento humano (PNUD, 2017).

A tabela 1 retrata o IDHM de onze dos cinquenta municípios da mesorregião Oeste do Paraná, com base no Censo 2010.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Municipal da região Oeste paranaense, em 2010

Município	IDHM	IDHM – Dimensão Educação	IDHM – Dimensão Longevidade	IDHM – Dimensão Renda	Ranking na região
Quatro Pontes	0,791	0,748	0,838	0,790	1º
Cascavel	0,782	0,728	0,846	0,776	2º
Marechal Cândido Rondon	0,774	0,704	0,842	0,782	3º
Palotina	0,768	0,689	0,864	0,760	4º
Toledo	0,768	0,702	0,855	0,755	5º
Vera Cruz do Oeste	0,699	0,601	0,811	0,702	37º
Boa Vista da Aparecida	0,670	0,563	0,801	0,668	46º
Lindoeste	0,666	0,588	0,769	0,652	47º
Diamante D'Oeste	0,644	0,532	0,776	0,647	48º
Ramilândia	0,630	0,489	0,802	0,639	49º
Diamante do Sul	0,608	0,479	0,777	0,605	50º
Média regional	0,717	0,631	0,825	0,711	

Fonte: IPARDES, 2017.

Como exposto, no IDHM referente à educação Vera Cruz do Oeste obteve o valor de 0,601, inferior portanto, à média regional, que é de 0,631. Sobre o IDHM de mensuração da dimensão da longevidade, o município apresentou o valor de 0,811, sendo menor que a média da região de 0,825. Quanto ao IDHM relativo à renda, o índice alcançou o valor de 0,702 e a média de todos os cinquenta municípios foi igual a 0,711. Portanto, nesses três indicadores, o município está abaixo da média, com um IDHM total de 0,699.

De acordo com o Iparades (2017) e o PNUD (2017), o IDHM de Vera Cruz do Oeste em 1991 era 0,461 e no ano 2000 foi de 0,593. Nota-se, portanto,

a evolução do indicador na média regional no ano de 2010. A média do Estado do Paraná, em 2010, era de 0,749 e do Brasil, 0,727, sendo assim, mais uma vez o município se posiciona abaixo das médias estadual e nacional.

O índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que desde 2008 realiza o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. O índice tem como princípio a renda e o emprego, a educação e a saúde (FIRJAN, 2017).

A leitura do indicador é feita com base nos valores obtidos que variam entre zero e 1. Municípios que aferem até 0,4 são tomados como de baixo desenvolvimento; valores entre 0,4 e 0,6 indicam desenvolvimento regular; 0,6 e 0,8 é tido como desenvolvimento moderado; e valores superiores a 0,8 indicam que o município possui um alto desenvolvimento (FIRJAN, 2017). O IFDM de Vera Cruz do Oeste, em 2015 (tabela 2).

Tabela 2: IFDM do município de Vera Cruz do Oeste - PR em 2015, ano-base 2013

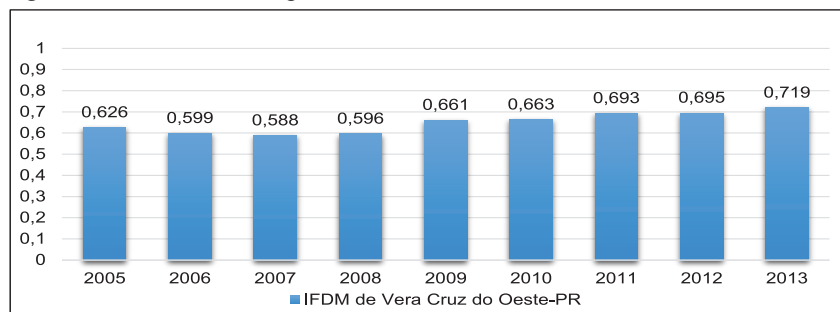
IFDM	Educação	Saúde	Renda e emprego
0,7198	0,7557	0,9072	0,4965

Fonte: FIRJAN, 2017.

O IFDM do município aferiu 0,7198, sendo caracterizado com um desenvolvimento moderado. De acordo com a FIRJAN (2017), Vera Cruz do Oeste recebe a 1.635^o e 192^o posição em nível nacional e estadual.

Na figura 3, está exposto o IFDM de Vera Cruz do Oeste, de 2005 a 2013, sendo 2013 o ano-base.

Figura 3: IFDM do município de Vera Cruz do Oeste - PR, de 2005 a 2013*



Fonte: FIRJAN, 2017.

Nota: *Ano-base 2013.

No ano de 2005, o município detinha um desenvolvimento moderado, de acordo com o indicador. Entre os anos de 2006 e 2008, o índice baixou e o desenvolvimento municipal passou ser considerado regular. A partir de 2009, o desenvolvimento voltou a ser de desenvolvimento moderado, apresentando valores crescentes, atingindo o valor máximo da série no ano de 2013, em que o IFDM foi igual a 0,7198.

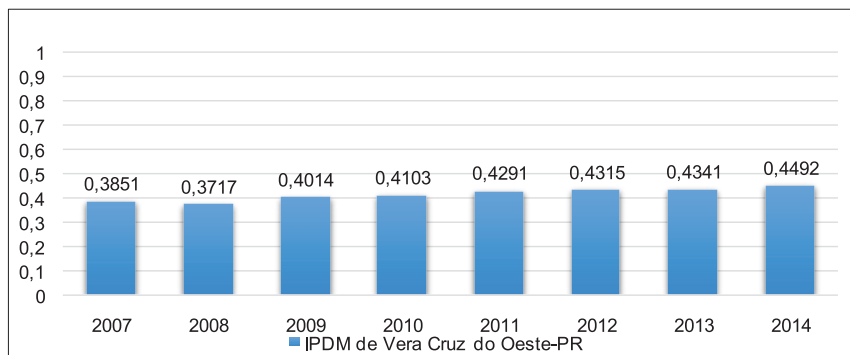
Sendo um município principalmente agrícola, isto representa que investimentos nesse setor induzem maior geração de renda ao setor e se propagam aos demais ramos econômicos.

O Índice de Desempenho Municipal (IPDM), de acordo com o IparDES (2017) procura avaliar a situação dos municípios do Estado do Paraná, isso com base nas três principais áreas do desenvolvimento econômico (emprego, renda e produção agropecuária; educação e; saúde).

A leitura do índice acontece entre zero e 1, onde quanto maior for o valor obtido, maior é o desempenho municipal. O indicador se subdivide em quatro grupos, onde valores entre 0,000 e 0,400 refletem baixo desempenho, já 0,4000 a 0,600 apontam baixo médio desempenho. É considerado com médio desempenho valores de 0,600 a 0,800 e alto desempenho quando se afere mais de 0,800.

Na figura 4 a seguir, está posto a evolução do IPDM para o município de Vera Cruz do Oeste do ano de 2007 a 2014.

Figura 4: Índice de Desempenho Municipal (IPDM) de Vera Cruz do Oeste, de 2007 a 2014



Fonte: adaptado de IPARDES, 2017.

O município analisado, em 2007 e 2008, apresentou baixo desempenho municipal com base neste indicador (IPDM). No entanto, no período que se estende de 2009 a 2014, Vera Cruz do Oeste passou a se enquadrar como um município de baixo médio desempenho. Infelizmente, não se encontra valor estadual

ou regional a fim de fazer-se um comparativo.

Vera Cruz do Oeste apresenta um IDHM abaixo da média da mesorregião, porém constatou-se que ele evoluiu de 2000 a 2010. O índice FIRJAN, de 2005 a 2013, teve uma melhora no indicador para o município que, até 2008, era considerado de baixo desenvolvimento e, a partir de 2009, passou a ser considerado como um município de desenvolvimento moderado.

No entanto, torna-se importante a ressalva de que mesmo que esses valores obtidos podem não ser considerados satisfatórios, os três indicadores observados apresentam evolução dentro do período analisado, induzindo que melhorias econômicas e sociais vêm aumentando ao longo do tempo, levando a uma melhora do desenvolvimento do município, objeto de pesquisa.

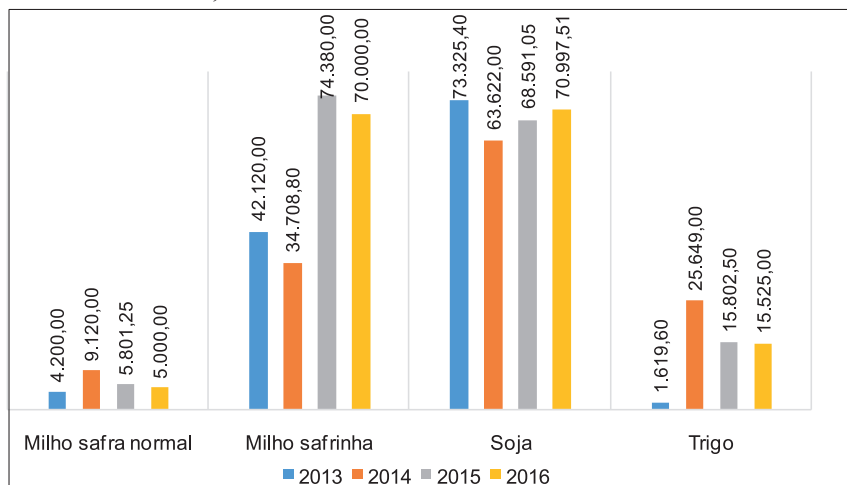
4.3 PRONAF destinado à Vera Cruz do Oeste, entre 2013 E 2016

4.3.1 PRONAF custeio agrícola

A modalidade PRONAF custeio agrícola é destinada às despesas normais do ciclo de produção de lavouras periódicas e permanentes. Sua finalidade é exclusiva para custear as despesas normais de um ciclo de produção (BCB, 2017).

A figura 5 demonstra de forma mais ilustrativa, a evolução da produção, em toneladas, dessas culturas observadas, nos anos de 2013 a 2016.

Figura 5: Produção, em toneladas, das principais culturas temporárias em Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016



Fonte: adaptado de SEAB, 2017.

A produção das culturas de milho safra normal e soja apresentaram poucas variações durante os quatro anos analisados. O milho safrinha, a partir de 2015, detém expressivo aumento de produção quando comparado a 2013, já a cultura do trigo, mesmo aumentando expressivamente em 2014, reduz sua produção em 2015 e 2016, mas continua superior ao do primeiro ano analisado.

Os valores de PRONAF custeio agrícola e a quantidade de contratos repassados ao município de Vera Cruz do Oeste - PR, nos anos de 2013 a 2016, constam na tabela 3.

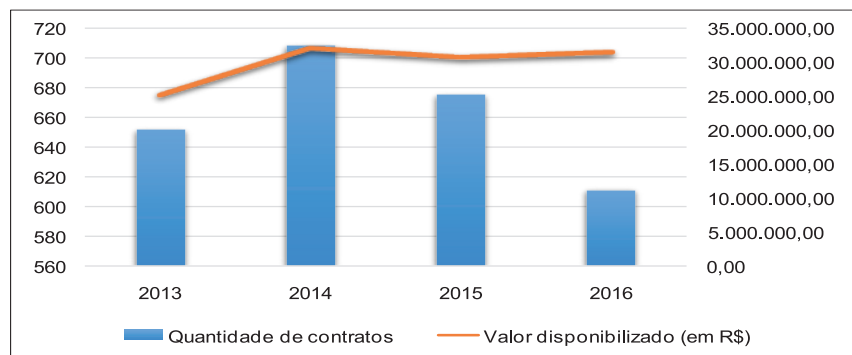
Tabela 3: PRONAF custeio agrícola destinado à Vera Cruz do Oeste-PR, de 2013 a 2016

Ano	Quantidade de contratos	Valor disponibilizado (em R\$ de 2016)
2013	652	25.304.464,47
2014	708	32.166.306,63
2015	675	30.844.176,44
2016	611	31.542.093,47

Fonte: BCB, 2017.

Como demonstrado no ano 2013 para 2014, tanto a quantidade de contratos como o montante de recurso disponibilizado aumentaram. Porém, em 2015 e 2016 os valores disponibilizados aumentaram, mas a quantidade de contratos reduziu, sendo o ano analisado com a menor quantidade de contratos. A figura 6 de forma mais explícita, mostra a relação entre a quantidade de contratos e os valores destinados à Vera Cruz do Oeste - PR, entre 2013 e 2016.

Figura 6: PRONAF custeio agrícola destinado à Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016



Fonte: adaptado de BCB, 2017.

Nota-se, que ocorreu um significativo aumento, tanto de contrato como de valores disponibilizados, entre 2013 e 2014. Nos anos seguintes a 2014, o montante de valores disponibilizados sofreu pequenas variações enquanto a quantidade de contratos apresentou significativa redução.

O ano de 2014 apresentou o maior número de contratos e valor disponibilizados pelo PRONAF. O milho safra normal apresentou aumento em produção e valor, enquanto o milho safrinha apresentou redução na participação em ambos; a soja demonstrou redução de produção e valores; e o trigo teve uma expansão significativa.

Nos anos de 2015 e 2016, o milho de safra normal e o trigo reduziram valores, tanto em produção como em valores, já o milho safrinha e a soja mostraram notável tomada de crescimento em produção e valores obtidos. Nesses mesmos anos foi perceptível uma crescente queda de números de contratos de PRONAF custeio agrícola, porém é interessante notar que a quantidade de recurso disponibilizado pouco oscila.

Esse fenômeno ocorrido após o ano de 2014 possibilita indicar uma maior concentração de valores do PRONAF pelos agricultores familiares no município estudado, indicando que muitos podem estar deixando de acessar essa modalidade de crédito, ou, até mesmo, que parcela dos produtores rurais está arrendando suas áreas.

Outro fato que pode ser constatado é a ocorrência de uma abstenção por parte dos produtores agrofamiliares na tomada do crédito PRONAF e o fato do custeio de despesas dos ciclos de produção agrícolas não estarem sendo sanadas de forma coerente aos custos de suas produções. Outra possibilidade é a de que o valor dos insumos aumentou significativamente no período analisado, passando a encobrir a parcela de beneficiários que deixaram de acessar o recurso.

4.3.2 PRONAF custeio pecuário

O custeio pecuário é um recurso que visa suprir as despesas normais da atividade pecuária. Sua liquidação deve ocorrer com a renda obtida por meio da produção da atividade explorada no mesmo ciclo (BCB, 2017).

A atividade pecuária e de criação de outros animais está presente em 39,34% dos estabelecimentos rurais em vera cruz do oeste e ocupa uma área de 33,01% em hectares do total apto para a atividade rural no município, ficando atrás somente do cultivo de lavouras temporárias.

De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB, 2017), de 2013 a 2016, a produção de leite, boi gordo, frango de corte e suínos de raça para abate, foram as principais atividades de exploração animal no município de Vera Cruz do Oeste - PR.

A tabela 4 traz a respectiva quantidade de contratos e valores de repasse

do PRONAF destinados à Vera Cruz do Oeste-PR, entre 2013 e 2016, referentes à modalidade de custeio pecuário.

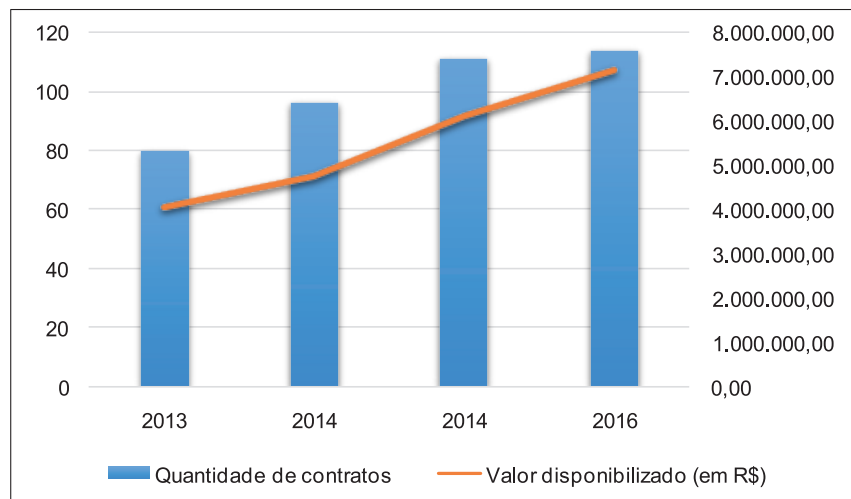
Tabela 4: PRONAF custeio pecuário destinado à Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016

Ano	Quantidade de contratos	Valor disponibilizado (em R\$ de 2016)
2013	80	4.066.787,52
2014	96	4.752.993,46
2015	111	6.091.436,48
2016	114	7.133.156,89

Fonte: BCB, 2017.

Pode-se notar que no período analisado, a modalidade custeio pecuário apresentou um crescimento no número de contratos e de valores disponibilizados para o município. A situação fica mais visível na figura 7, a seguir.

Figura 7: PRONAF custeio pecuário destinado à Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016



Fonte: adaptado de BCB, 2017.

A atividade pecuária é uma das principais atividades rurais no município. Como mostrado no figura 7, de 2013 até 2016 ocorreu o crescente uso do custeio destinado à atividade, tanto em número de contratos como em valores

disponibilizados.

As atividades de criação de boi gordo, frango de corte e suíno para abate, apesar de demonstrarem variações diferentes ao longo dos anos, demonstraram crescimento, tanto em quantidade produzida quanto em valor de comercialização. É possível deduzir, portanto, que a atividade pecuária se encontra em manutenção e/ou expansão, o que indica o fortalecimento da criação de animais no município, durante o período estudado. Esse aumento pode ser positivo, pois a redução da produção leiteira e o crescimento de contratos e valores de custeio pecuário e também na produção de outros animais podem indicar uma diversificação na criação de animais, deixando, assim, a atividade pecuária menos sensível.

Isto pode demonstrar um efeito positivo que o PRONAF exerceu no município, onde a quantidade de valor disponibilizado e de contratos foi crescente ao longo do período analisado. Mais agricultores aderiram ao recurso para a sanar os custos de manutenção de suas atividades produtivas, respondendo com maior produção e valorização do setor, o que pode indicar que o programa induziu e/ou fortaleceu as cadeias de produção pecuária local.

4.3.3 PRONAF investimento agrícola

A modalidade PRONAF investimento agrícola é voltada ao financiamento de investimentos capazes de promover o aumento da produção e da produtividade, junto com a redução de custos, permitindo, dessa forma, a melhoria da renda na agricultura familiar, podendo ser financiável para implantação, ampliação e modernização da atividade agrícola, de forma individual ou coletiva, mediante a apresentação de projeto técnico (MDA, 2017).

A quantidade de contratos e valores disponibilizados na modalidade PRONAF investimento agrícola direcionados ao município, de 2013 a 2016 (tabela 5).

Tabela 5: PRONAF investimento agrícola destinado à Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016

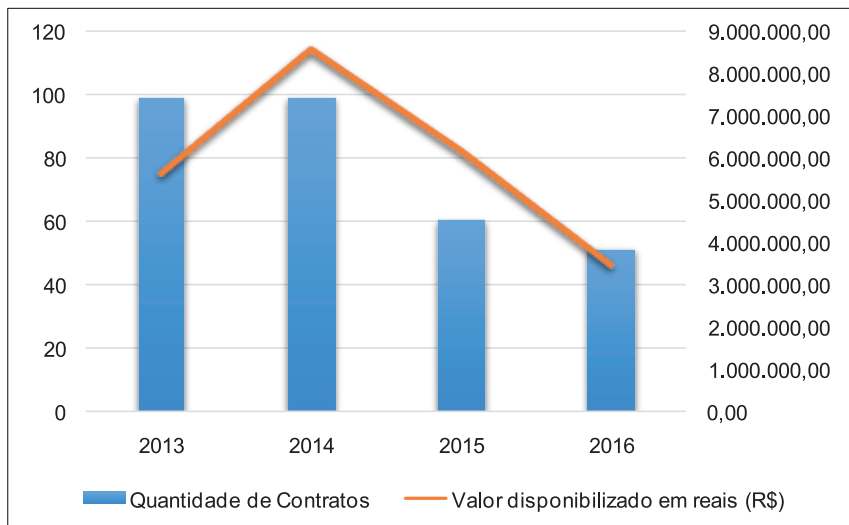
Ano	Quantidade de contratos	Valor disponibilizado (em R\$ de 2016)
2013	99	5.626.564,49
2014	99	8.554.977,27
2015	60	6.152.523,34
2016	51	3.473.179,24

Fonte: BCB, 2017.

Nota-se, portanto, uma redução na quantidade de contratos, apontando

que a modalidade deixou de ser procurada pelos agricultores familiares, no período observado. Todavia, ocorreram variações quanto aos valores disponibilizado pelo PRONAF investimento agrícola (figura 8).

Figura 8: PRONAF investimento agrícola destinado à Vera Cruz do Oeste-PR, de 2013 a 2016



Fonte: adaptado de BCB, 2017.

Quando contrastado com 2013, 2014 apresentou a mesma quantidade de contratos, porém com valores superiores. Em 2015, tanto a quantidade de contratos quanto seus respectivos valores reduziram, mas apresentam contratos de maiores valores proporcionais, quando comparados com os dois anos anteriores. Por fim, 2016 apresentou uma diminuição, tanto na quantidade de contratos como nos valores.

A inserção tecnológica é a impulsora do desenvolvimento agrícola, sendo responsável pelo aumento do desempenho produtivo do setor, e o PRONAF, como ferramenta de desenvolvimento rural, no que se refere ao investimento agrícola em Vera Cruz do Oeste, disponibilizou mais valores e contratos nos anos de 2013 e 2014.

4.3.4 PRONAF investimento pecuário

Assim como o PRONAF investimento agrícola, o PRONAF investimento pecuário é direcionada à promoção da implantação, ampliação e moderni-

zação, viabilizando investimentos capazes de fazer crescer a produção e a produtividade nas propriedades agrofamiliares assistidas; reduzindo custos; melhorando condições de trabalho; e aumentando a renda dos agricultores (MDA, 2017).

O PRONAF investimento pecuário é apresentado, mais detalhadamente, na tabela 6, em que é apresentada a quantidade de contratos e o valor total repassado a Vera Cruz do Oeste, de 2013 a 2017.

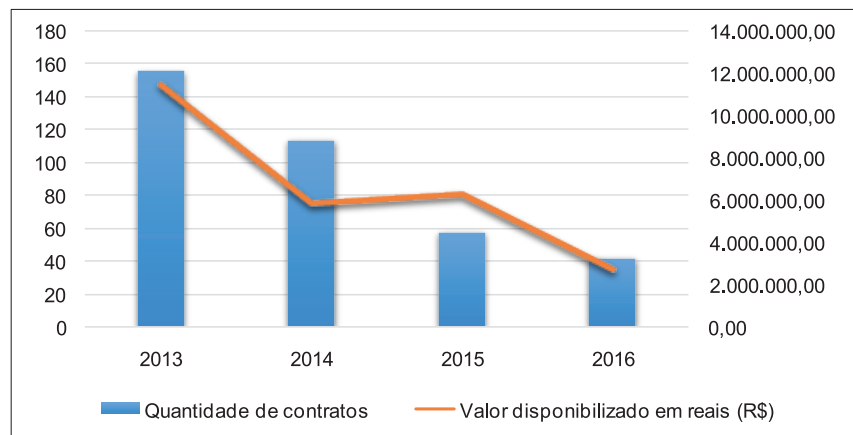
Tabela 6: PRONAF investimento pecuário destinado à Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016

Ano	Quantidade de contratos	Valor disponibilizado (em R\$ de 2016)
2013	155	11.434.581,63
2014	113	5.809.474,35
2015	57	6.245.386,18
2016	41	2.678.933,91

Fonte: BCB, 2017.

Logo, no decorrer dos quatro anos, ocorreu uma redução na quantidade de contratos e no valor disponibilizado (figura 9).

Figura 9: PRONAF investimento pecuário destinado à Vera Cruz do Oeste - PR, de 2013 a 2016



Fonte: adaptado de BCB, 2017.

A quantidade e os valores dos contratos do PRONAF investimento pecuário apresentam um declínio durante os quatro anos observados, à exceção de

2015, que mesmo com a redução na quantidade contratos, em relação aos anos anteriores, teve um valor repassado superior à 2014. O investimento maior em 2015 também coincide com o expressivo aumento da quantidade de produção de carne no município e seu respectivo valor, que se ampliou em 2016.

Contudo, pode-se afirmar com base nos dados apresentados, que esse fenômeno indica uma redução na quantidade de contratos e valores do montante de crédito disponibilizado pelo PRONAF investimento pecuário e agrícola, uma explicação a isso é uma maior implementação tecnológica nas propriedades beneficiados com o programa. Ademais, compreende-se que esse aumento do valor da produção impacta positivamente a renda dessas unidades familiares assistidas pelo PRONAF, atingindo, os objetivos por ele propostos.

Em relação ao PRONAF custeio pecuário houve uma performance positiva de aumento ascendente de contratos e valores, devido o crédito servir como manutenção aos custos das atividades das cadeias produtivas de pecuária local. Já no PRONAF custeio agrícola, considera-se o mais utilizado representado pela produção das culturas de milho safra normal e soja, assistido por maior número de agricultores familiares devido sua maior quantidade de contratos e valores distribuídos se comparado com outras modalidades apresentadas até então, embora houve uma queda na quantidade de contratos e oscilando nos valores no período analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objeto de estudo, Vera Cruz do Oeste está localizada na região Oeste do Estado do Paraná e o principal pilar econômico municipal está no setor primário. Com os resultados obtidos a partir da análise socioeconômica, além do município ter um forte vínculo com a agropecuária, a área de comércio/serviços é o segundo setor municipal com maior representatividade econômica. Isto pode indicar que os incentivos por meio de políticas públicas no campo, como o PRONAF, além de promover o desenvolvimento rural para seus beneficiários, também possuem um efeito multiplicador na sociedade em que os agricultores familiares se encontram. E também, o programa promove inserções tecnológicas na atividade rural, bem como estimular a fixação da população rural no campo.

Ao observar os indicadores de desenvolvimento, IDHM, FIRJAN e IPDM, para o município de Vera Cruz do Oeste, notou-se que ambos apresentaram evolução a partir de 2000. Pode-se inferir, portanto, que ferramentas capazes de fomentar o acréscimo de renda no setor rural têm a capacidade de amplificar os demais ramos da economia, criando assim canais de desenvolvimento, não só rural, mas econômico, de maneira mais abrangente.

Na análise dos anos de 2013 a 2016, foi possível perceber que a quanti-

dade de recursos disponibilizados pelo programa, juntamente com sua respectiva quantidade de contratos, teve uma redução tanto de valores quanto de quantidade de recursos repassados pelo PRONAF, com exceção da modalidade custeio pecuário.

No entanto, foi possível perceber que a produção agropecuária de Vera Cruz do Oeste se expandiu no decorrer do período observado, o que leva a crer que os beneficiários do PRONAF podem tornar seus beneficiários menos dependentes do crédito PRONAF, devido que o aumento do valor da produção impacta positivamente na renda dessas unidades familiares, maior implementação tecnológica nas propriedades beneficiados com o programa. Ademais, serve de complemento ao setor agropecuário municipal, reforçando a relevância do PRONAF para a autonomia econômica dos agricultores familiares de Vera Cruz do Oeste e impulsionando o crescimento dos demais setores da economia como apresentado neste estudo, o setor terciário - comércio e serviços.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. **Agricultura familiar prioridade da EMBRAPA**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.

BAIARDIL, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba-SP, v. 52. supl. 1, p. S045-S062, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003. Acesso em: 04 nov. 2017.

BCB. Banco Central do Brasil. **Crédito Rural**. Instituiu Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Resolução n.2191, de 22 de agosto de 1995. Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. **Manual do crédito rural**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 09 jul. 2017.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1. Acesso em: 30 jun. 2017.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 79-91, maio/ago. 1962. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901962000100005. Acesso em: 24 set. 2017.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba, SP, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 29 out. 2017.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 17 set. 2017.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200004&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 04 set. 2017.

HANAUER, L. dos S.; TEIXEIRA, O. A. A importância do crédito rural (PRONAF) no desenvolvimento da agricultura familiar no território rural de produção/R.S. EMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, II, **Anais do SJPE&D**, v. 2, n. 2, Santa Maria, 2015. Disponível em: http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2016/A-IMPORTANCIA-DO-CREDITO-RURAL-PRONAF-NO-DESENVOLVIMENTO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-NO-TERRITÓRIO-RURAL-DA-PRODUÇÃO.pdf. Acesso em: 26 maio 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Início**. [S.l.], 2017a. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. **Cadernos municipais**. 2017b. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. **Perfil avançado dos municípios**. [S.l.], 2017c. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29. Acesso em: 04 set. 2017.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos para o futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p. 83-100, set./dez.2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009. Acesso em: 28 maio 2017.

MATIJASCIC, M. Políticas sociais e Desenvolvimento Sustentado: desafios a enfrentar. In: BIANCARELI, A. M.; CARNEIRO, R. de M.; MATIJASCIC, M. (Org.). **Desafios do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2011. p. 167-177.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF: 20 anos de apoio aos agricultores familiares**. [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/PRONAF-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. **Evolução histórica do PRONAF**. [S.l.], 2017a. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/evolu%C3%A7%C3%A3o-do-PRONAF>. Acesso em: 04 set. 2017.

_____. **Linhas de crédito**. [S.l.], 2017b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>. Acesso em: 01 set. 2017.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é IDH?** [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: 02 set. 2017.

QUEIROZ, J. M. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergênciano debate. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro. v. 6, n. 9, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011233060.CD_edicao9_cmpleto.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

SEAB. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Valor bruto da produção agropecuária**. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em: 05 out. 2017.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2017.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.511-531, jul./set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009. Acesso em: 28 maio 2017.

SILVA, J. G. da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio, 1997. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253>. Acesso em: 28 maio 2017.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300010&script=sci_arttext. Acesso em: 04 jul. 2017.